



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO N 04/2019

Proposio : Projeto de Lei n 04/2019
Autoria : Executivo
Assunto : Reestrutura, em novos termos, o Conselho Municipal do Idoso e cria o Fundo Municipal do Idoso.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GUARÁ**, Estado de São Paulo, no uso das suas atribues legais,

APROVA:

Capítulo I **Do Conselho Municipal do Idoso**

Art. 1 Fica criado o Conselho Municipal do Idoso – CMI – rgo permanente, paritário, consultivo, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito do Município de Guará, sedo acompanhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, rgo gestor das políticas de assistência social do Município.

Art. 2 Compete do CMI:

I- formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal dos Direitos dos Idosos, zelando pela sua execução;

II- elaborar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente  Política Municipal dos Direitos dos Idosos;

III- Indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito ao idoso;

IV- cumprir e zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, sobretudo a Lei Federal n 8.842/1994, a Lei Federal n 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e leis pertinentes de caráter estadual e municipal, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer uma delas;

V- fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no artigo 52 da Lei n 10.741/03;

VI- propor, incentivar e apoiar a realização de ventos, estudos, programas e pesquisas voltados para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos do idoso;

VII- inscrever os programas das entidades governamentais e não governamentais de assistência ao idoso;

VIII- estabelecer a forma de participação do idoso residente no custeio da entidade de longa permanência para idoso filantrópica ou casa-lar, cuja cobrança é facultada, não podendo exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário de assistencial percebido pelo idoso;

IX- apreciar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela incluo de ações voltada à política de atendimento ao idoso;



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

X- indicar prioridades para a destinação dos valores depositados no Fundo Municipal do Idoso – FMI, elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursos oriundos daquele;

XI- Definir normas, procedimentos e condições operacionais do FMI;

XII- deliberar sobre a utilização dos recursos do FMI;

XIII- emitir comprovante em favor do doador, a ser assinado pelo Presidente do CMI, e prestar informação  Receita Federal sobre o valor das doações recebidas;

XIV- zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela participação de organizações representativas dos idosos na implementação de política, planos, programas e projetos e atendimento ao idoso;

XV- elaborar o seu regimento interno;

Parágrafo nico. Aos membros do CI será facilitado o acesso a todos os setores da administração pública municipal, especialmente à Secretarias e aos programas prestados  população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse do idoso.

Art. 3 O CMI, composto de forma partaria entre o poder público municipal e a sociedade civil, será constituído:

I - Representantes do Poder Público Municipal:

a) um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

b) um representante da Secretaria Municipal da Saúde;

c) um representante da Secretaria Municipal de Esportes;

d) um representante do Poder Legislativo Municipal.

II - Representantes da Sociedade Civil:

a) dois representantes de entidades que tenham como um de seus objetivos a assistência social ou de saúde a idosos, ou ainda, o acolhimento dos mesmos;

b) dois representantes de entidades que integrem grupos organizados de idosos.

 1 - Os representantes do Poder Público Municipal serão indicados pelos Secretários Municipais das respectivas pastas, o representante do Poder Legislativo Municipal será indicado pelo Presidente da Câmara, enquanto que os representantes da sociedade civil serão indicados pelas entidades convidadas e que estejam legalmente constituídas e estabelecidas no Município de Guará.

 2 - Cada Conselheiro do CMI terá um suplente.

 3 - Os Conselheiros do CMI e seus respectivos suplentes serão designados pelo Prefeito Municipal, respeitadas as indicações previstas nesta lei.

 4 - Os membros do CMI terão um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

 5 - O Conselheiro poderá ser substituído a qualquer tempo, mediante nova indicação do representado.

Art. 4 O Presidente e o Vice-Presidente do CMI são escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta, devendo haver,



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

no que tange à Presidência e à Vice-Presidência, uma alternância entre os representantes do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil.

§ 1º - O Vice-Presidente o CMI substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo Conselheiro mais idoso.

§ 2º - O Presidente do CMI poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse do idoso.

3

Art. 5º Cada membro do CMI terá direito a um único voto na sessão plenária, excetuando o Presidente que também exercerá o voto de qualidade.

Art. 6º A função do membro do CMI não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 7º As entidades da sociedade civil representadas no CMI perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

- I - extinção de sua base territorial de atuação no Município;
- II - irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível a sua representação no CMI;
- III - aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovadas.

Art. 8º Perderá o mandato o Conselheiro do CMI que:

- I - desvincular-se da entidade de origem de sua representação;
- II - faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou (05) intercaladas, sem justificativa;
- III - apresentar renúncia ao plenário do CMI, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;

IV - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

V - for condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal;

Art. 9º Nos casos de renúncia impedimento ou falta, os membros do CMI serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos;

Art. 10 As entidades representadas pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicadas a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 11 O CMI reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Art. 12 O CMI instituir seus atos por meio da resolução aprovada pela maioria de seus membros.

Art. 13 As sessões do CMI serão públicas, precedidas de ampla divulgação.

Art. 14 Secretaria Municipal de Assistência Social proporcionar o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do CMI.

Art. 15 Os recursos financeiros para implantação e manutenção do CMI serão previstos nas peças orçamentárias do Município, possuindo dotações próprias.

Capítulo II

Do Fundo Municipal do Idoso

Art. 16 Fica criado o Fundo Municipal do Idoso – FMI, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a proporcionar o suporte financeiro necessário para a implantação, manutenção e desenvolvimento de programas e ações dirigidos ao idoso, ressalvadas as políticas de ação continuada, em especial aquelas afetas ao campo da assistência social, na forma definida pela Lei Federal n 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que contam com recursos próprios e do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

Art. 17 Constituem receitas do FMI:

I - recursos provenientes do Fundos Nacional e Estadual do Idoso;

II - transferências do Município;

III - doações, legados e contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venha a receber de pessoa física ou jurídica, ou de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais, que lhe venham a ser destinados;

IV - valores das multas aplicadas no âmbito do Município de Guará, em ações judiciais, por ofensa aos direitos assegurados ao idoso, fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogneos, protegidos pelo Estatuto do Idoso, inclusive as repassadas pela União e pelo Estado ao Município, nos termos da previsão constante do artigo 84 da Lei Federal n 10.741, de 10 de outubro de 2003;

V - contribuições de governos e organismos nacionais estrangeiros e internacionais;

VI - doações de contribuintes do Imposto sobre a Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas, conforme disposto nos artigos 2 e 3 da Lei Federal n 12.213, de 20 de janeiro de 2010, cm a alteração introduzida pelo art. 88 da Lei Federal n 12.594, de 18 de janeiro de 2012, ou outros incentivos fiscais;

VII - doações de recursos oriundos de benefício ou renúncia fiscal no âmbito municipal e estadual, que lhe venham a ser destinadas;

VIII - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

IX - receitas oriundas de alienao de bens inservíveis da Prefeitura Municipal de Guará, que lhe sejam destinadas;

X - as advindas de acordos e convênios;

XI - outros recursos que lhe forem destinados.

Parágrafo Primeiro – As receitas de que tratam o inciso II deste artigo serão destinadas para a manuteno do funcionamento do CMI: capacitao de seus Conselheiros e organizao dos Encontros Municipais e Regionais do Idoso.

Parágrafo Segundo – De todo o montante depositado na conta do Fundo Municipal do Idoso por pessoas físicas e jurídicas, 5% (cinco por cento) será de livre destinao por parte do Conselho Municipal do Idoso.

Art. 18 - A gestão financeira dos recursos do FMI será feita pela Secretaria Municipal de Finanças, enquanto que a gestão administrativa caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social, ouvido previamente, neste último caso, o CMI, observado o disposto no artigo 7 desta Lei.

 1 - A Secretaria Municipal de Finanças aplicar os recursos do FMI, eventualmente disponíveis, revertendo ao próprio Fundo os rendimentos da resultantes.

 2 - Os recursos do FMI serão liberados através de projetos, programas e atividades aprovados pelo CMI.

 3 - Os recursos que compõem o Fundo Municipal do Idoso serão depositados em conta específica mantida em instituio financeira designada pela Secretaria Municipal de Finanças, especialmente aberta para essa finalidade.

É 4 - A contabilidade do FMI terá por objetivo evidenciar a sua situao financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislao pertinente.

 5 - Caberá ao Secretário Municipal de Assistência Social, na gestão administrativa do FMI:

I - solicitar a política de aplicao dos recursos do CMI;

II - submeter ao CMI demonstrativo contábil da movimento financeira do FMI;

III - solicitar à Secretaria Municipal de Finanças os empenhos e pagamentos das despesas do FMI;

IV - outras atividades indispensáveis para o gerenciamento administrativo do FMI.

Art. 19 Caberá ao MCI estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de alocao de recursos do FMI, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei Federal n 10.741/2003, e observada a política municipal para idosos, bem como acompanhar as aoes desenvolvidas com verbas dele provenientes, com o intuito de gerar condioes para a proteo e a promoo da autonomia, da integrao e da participao efetiva do idoso na sociedade.

Capítulo III Das Disposioes Finais e Transitórias



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Art. 20 Para a primeira instalação do CMI, o Prefeito Municipal convocará, por meio de edital, os integrantes da sociedade civil organizada atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos do idoso, que serão escolhidos em forum especialmente realizado para este fim, a ser realizado no prazo de 30 (trinta) dias apos a publicação do referido edital, cabendo as convocações seguintes  Presidência do Conselho.

Art. 21 A primeira indicação dos representantes governamentais será feita pelos titulares das respectivas Secretarias, no prazo de 30 (trinta) dias apos a publicação desta Lei.

Art. 22 O CMI elaborar seu regimento interno, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua instalação, o qual será aprovado por ato próprio, devidamente publicado pela imprensa oficial, onde houver, e dada ampla divulgação.

Parágrafo nico. O regimento interno disporá sobre o funcionamento do CMI, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

Art. 23 As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 24 Essa lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei n 1.347, de 25 de outubro de 2004.

Câmara Municipal de Guará/SP, 05 de fevereiro de 2019.

Regina Rodrigues Coelho
Presidente

Fabiana Junqueira Seribeli
1 Secretária

Valdeir Ponciano da Silva
2 Secretário